PORTARIA PGJ/PI N° 1512/2020

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, do Ato PGJ nº 1022/2020, que dispõe que o retorno às atividades presenciais no âmbito estadual do MPPI ocorrerá de forma gradual, a partir de 10 de agosto de 2020, data a partir da qual serão implementadas as regras e medidas previstas neste Ato, observando-se os indicadores epidemiológicos nos municípios ou nas regiões onde estão localizados os órgãos ministeriais,

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do referido artigo, que dispõe que a referida data poderá ser alterada, por meio de Portaria PGJ, para órgãos de execução localizados em municípios nos quais tenham sido decretadas medidas regionalizadas restritivas à livre locomoção de pessoas, observada a data do decreto municipal que imponha a restrição,

CONSIDERANDO a Portaria PGJ nº 1459/2020, que adiou o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito das Promotorias de Justiça de Parnaíba, do dia 10 de agosto de 2020 para o dia 24 de agosto de 2020,

CONSIDERANDO, por fim, o Ofício nº 83/2020 - DS -PJ/PHB (protocolo e-doc nº 07010084636202088), por intermédio do qual os Promotores de Justiça de Parnaíba, Antenor Filgueiras Lôbo Neto, Cristiano Farias Peixoto, Edilvo Augusto de Oliveira Santana, Maria Socorro Nascimento Carlos da Cunha Silveira, Rômulo Paulo Cordão e Ruszel Lima Verde Cavalcante, solicitam novo adiamento do retorno ao trabalho presencial na sede de Parnaíba, com base em dados que demonstram o alto índice de propagação do vírus no município, em que pese a ausência de decreto municipal restringindo a livre circulação de pessoas em Parnaíba,

RESOLVE

ADIAR o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito das Promotorias de Justiça de Parnaíba, do dia 24 de agosto de 2020 para o dia 07 de setembro de 2020, sem prejuízo de uma nova avaliação das condições epidemiológicas do município, ficando suspensos os prazos dos procedimentos extrajudiciais das referidas Promotorias de Justiça até o dia 06 de setembro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 21 de agosto de 2020.

CARMELINA MARIA MENDES DE MOURA

Procuradora-Geral de Justiça